

## ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS OBSERVADAS NA PRODUÇÃO LINGUEIRA DO JORNAL *O BOM LADRÃO* COMO MARCAS DO PENSAMENTO ULTRAMONTANO

### *DISCURSIVE STRATEGIES OBSERVED IN THE LANGUAGE PRODUCTION OF THE JOURNAL "O BOM LADRÃO" AS MARKS OF THE ULTRAMONTAN IDEAL*

**Laila Maria Handam Alvim**

Universidade Estadual de Minas Gerais

lailahamdan60@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2827-1593>

#### **Resumo**

Este estudo tem como foco a análise do discurso modelar do ideário ultramontano, considerando como *corpus* o jornal "O Bom Ladrão" (Mariana, 1873-1878). As análises observam comportamento relacionado à produção discursiva de acordo com intencionalidade do enunciador, consubstanciando-se a partir de fenômeno linguístico e da intencionalidade discursiva e, portanto, denunciador de informações que contribuem para percepção de estratégias discursivas e de memória de Mariana, *locus* privilegiado do pensamento ultramontano no Brasil. Estabeleceu-se pesquisa de natureza qualitativa na medida em que se instala em múltiplas possibilidades de olhares sobre a realidade observada, consolidando-se em *corpus* de ordem documental, da imprensa escrita. O modo de trabalho se caracterizou como de levantamento de dados. Para análise, foram adotadas as teorias relativas ao estudo do discurso, comprovando-se a possibilidade de se relacionarem às práticas languageiras e identitárias, construtoras da memória cultural e discursiva da região, e a relação entre o acontecimento discursivo e o movimento ultramontano.

**Palavras-chave:** Discurso ultramontano; Relações discursivas. Memória discursiva. Práticas languageiras.

#### **Abstract**

*This study concerns the analysis of the speech model of the ultramontane ideals, considering the newspaper "The Good Thief" as corpus. The analyses observe behavior related to discursive production according to the enunciator's intention, consubstantiating itself from linguistic phenomenon and discursive intentionality and, therefore, from the denouncer of information that contribute to the perception of discursive strategies and memory of Mariana, privileged locus of ultramontane thinking in Brazil. Qualitative research was established to the extent that it is installed in multiple possibilities of looking at the observed reality, consolidating itself in a corpus of documentary order, of the written press. The work was characterized as data collection. For the analysis, theories related to the study of discourse were adopted, proving the possibility of relating to the language and identity practices that construct the cultural and discursive memory of the region, and the relationship between the discursive event and the ultramontane movement.*

**Keywords:** Ultramontane discourse; Discursive strategies; Discursive memory. Language practices

#### **Introdução**

Este estudo tem como tema a observação do discurso ultramontano, em *corpus* do jornal *O Bom Ladrão*, e a organização do discurso, ou seja, como se dá a enunciação no discurso ultramontano. A pergunta geradora organizou-se a partir da questão relacionada à construção dos enunciados nos

textos do jornal “O Bom Ladrão” que remetessem ao pensamento ultramontano em Minas Gerais - Mariana, a partir da chegada de D. Viçoso, representante das ideias ultramontanas e denunciador de informações que contribuem para a organização / reconstrução da memória e, portanto, das práticas sociais discursivas, reflexos do pensamento naquele momento histórico-social.

Objetivou-se, principalmente, identificar a construção discursiva relacionada às ideias ultramontanas presentes em *corpus* elaborado a partir do jornal “O Bom Ladrão”, representante da sociedade católica no século XIX. Especificamente, procurou-se organizar levantamento de estratégias linguísticas com a observação de dados coletados e analisados segundo perspectiva discursiva; perceber as práticas languageiras e identitárias relacionadas à memória cultural e discursiva da região Mariana, *locus* privilegiado do pensamento ultramontano no Brasil, e espaço cultural privilegiado como patrimônio cultural da humanidade (Região dos Inconfidentes). É relevante destacar o espaço histórico-cultural em que se promoverá a construção do *corpus* para a observação e análise das construções com referência às práticas religiosas com diretrizes ultramontanas.

Somada à pesquisa linguística de elementos construtores de enunciados, acrescenta-se que os estudos discursivos caminham para percepções que vão além da análise tradicional, incorporando o olhar do espaço e do tempo em que se construíram textos, especificamente, do jornal *O Bom Ladrão*. Vejam-se as palavras de Menezes e Santos (2015, p.19):

Assim, mesclando marcas das suas origens e das novas relações no espaço das minas, os indivíduos participam, seja pelo compartilhamento de valores, seja pelo conflito em relação às normas e crenças predominantes, da constituição e da difusão de imaginários importantes na formação do Estado Nacional e da formulação de novas identidades, deixando-as em artefatos que são transformados em monumentos e narrativas do passado. É importante ressaltar que muitas dessas representações acham-se intactas, seja como obras de arte, monumentos, praças, casarões, igrejas e acontecimentos discursivos os mais diversos, disponíveis a se constituírem como objetos de pesquisa nas áreas das ciências humanas e sociais, e, sobretudo, no campo dos estudos da linguagem.

Também é relevante destacar que, segundo Menezes, Flausino e Marques (2015, p.16),

O sintagma Região dos Inconfidentes corresponde a uma construção discursiva que contém elementos do espaço geopolítico e da história, delimitados por marcas da vida coletiva através do tempo. Como índices de convivência da coletividade, trata-se de uma região mundialmente reconhecida pela riqueza do seu patrimônio cultural.

A pesquisa foi de ordem qualitativa na medida em que se instalou em possibilidades de olhares sobre a realidade observada, com informações organizadas e interpretadas em *corpus*, cujo material consolida-se em pesquisa de ordem documental. O modo de trabalho se caracterizou como de

levantamento de dados de jornal, que circulou de 01 de outubro de 1873<sup>49</sup> a 30 de abril de 1878, caracterizando-se como *periódico religioso, literário e noticioso*.

## Discurso e Memória

“...é dentro da, e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente, dado que ambos só ganham existência pela língua.”

Émile Benveniste

Buscando a relação entre os conceitos selecionados, para a empreitada deste estudo foram consideradas pesquisas estabelecidas a partir dos estudos discursivos imbricados com as práticas languageiras e identitárias. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 169), a partir dos anos 80, ocorre modificação no modo de conceber a linguagem, percebida pela proliferação do termo “discurso”, passando-se à observação de elementos que superam o estudo das línguas propriamente ditas, como virtualidades, para seu uso em um contexto particular. O discurso é contextualizado,

(...) não intervém em um contexto como se o contexto não passasse de uma moldura, um cenário; de fato, não existe discurso que não seja contextualizado: não se pode, de fato, atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto. Além disso, o discurso contribui para definir seu contexto e pode modificá-lo durante a enunciação. (p. 171)

Ressalta Benveniste (1989, p. 81) que as condições de emprego das formas linguísticas são diferentes das condições de emprego da língua. “São, em realidade, dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nesta diferença, a qual implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar.” Ou seja, a enunciação, que é colocar a língua em funcionamento como ato individual, toma a língua como instrumento considerando os caracteres linguísticos que estabelecem a relação. Isso porque, antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. O locutor se apropria do aparelho formal da língua de acordo com seu posicionamento como tal, de acordo com índices específicos e procedimentos acessórios, empregando-a para a expressão de sua relação com o mundo. Nessa ideia, configurou-se a possibilidade de reconstrução da memória, destacadamente, representativa da ideologia ultramontana.

Na situação de enunciador, o homem constitui sua subjetividade, a emergência do ser de uma propriedade fundamental da linguagem. Portanto, é na/pela linguagem que se determina o *status* linguístico da *pessoa*. “A linguagem ensina a própria definição do homem.” (BENVENISTE, 1995,

<sup>49</sup> Destaque-se que, no referido documento, há anotação sobreposta a lápis com a data de 01 de fevereiro de 1873. Porém, os exemplares acessados para análise trazem, na primeira edição, a data mencionada (01-10-1873)

p. 285), não possibilitando o estudo das formas linguísticas independentemente ou desconectadas da linguagem, porque é a linguagem que as habilita à proposta comunicativa, sendo possível apenas na medida em que cada locutor se propõe como sujeito, formando-se o *eu* no discurso. E esse *eu* é, da mesma forma, formador do discurso, em todas as imbricações sociais e históricas, comprovando-se que, ao se observar o discurso, chega-se ao homem e, conseqüentemente, à sociedade onde está, com seus valores, com suas ideias, com seus pensamentos, com suas vontades e expectativas. Então, confirma-se a linguagem como instância que permite articular os processos históricos aos fenômenos linguísticos, porque o homem é reconhecido por sua capacidade de significar e significar-se, e a linguagem é encarada como mediação necessária. Citando Kristeva, Muzzi (2009, p. 15) diz que estudar a linguagem é

captar a multiplicidade dos seus aspectos e funções, é construir uma ciência e uma teoria estratificadas cujos diferentes ramos abrangem os diferentes aspectos da linguagem, para poderem, num tempo de síntese, fornecer um saber sempre mais preciso do funcionamento significante do homem.

Reforça-se que trabalhar com os domínios da memória é naturalizar as relações sócio-históricas e perceber os sentidos, porque não há enunciado geral, livre, neutro e independente, mas sempre parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo em jogo enunciativo. E cita Foucault,

o enunciado “tem sempre margens povoadas de outros enunciados”, o que lhe garante estar sempre atravessado por uma memória que trabalha estabelecendo relações possíveis entre um acontecimento do passado e lhe abre um futuro eventual, ou seja, distante de uma estabilidade e de uma homogeneidade. Assim, “não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados”

Para Gregolin (2007), as práticas discursivas constituem dispositivos identitários e produzem subjetividades como singularidades históricas a partir do agenciamento de trajetos e redes de memórias permitindo a inteligibilidade de certas escolhas temáticas num dado momento histórico. Assim o espírito de uma época pode ser percebido e reconstruído.

Considere-se que novas representações não anulam os sentidos tradicionais, cada enunciado relaciona-se com outras séries de formulações, com outros trajetos que se cruzam e constituem identidades por meio da reativação da memória discursiva. Gregolin (2007, p. 15) destaca que as análises a partir do acontecimento discursivo exigem a priorização das materialidades discursivas (sua heterogeneidade constitutiva), porque “os discursos são atravessados por uma divisão entre dois espaços discursivos: a) o da manipulação das significações estabilizadas, normalizadas; b) o das

transformações do sentido. A fronteira entre esses dois espaços é muito difícil de determinar.” Exigem que a descrição e a interpretação devam ser simultâneas: e é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.

Como os sentidos estão permanentemente inseridos em redes enunciativas, a descrição de um enunciado coloca necessariamente em jogo (...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência. Esse discurso-outro marca, na materialidade discursiva, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. (GREGOLIN, 2007, p. 14)

Assim, o estudo do discurso deve ser a interdiscursividade, as redes de memória que produzem sentido em um momento histórico:

O discurso não é um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe (...) só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 1997, In: GREGOLIN, 2007 p. 17).

Dessa forma, chega-se à realidade de que os estudos discursivos não perdem de vista as condições nas quais se realizam os enunciados (da linguagem e da história). Essa existência faz o discurso emergir em relação com um domínio de memória, como jogo de posições possíveis para um sujeito, como elemento em um campo de coexistência, como materialidade repetível. Segundo Menezes e Santos (2015, p. 7),

Questões que dizem respeito à memória adquirem um destaque similar [ao dos estudos da linguagem]. No final do século 20, os estudos da memória, principalmente da memória coletiva, constituíram-se como preocupação sociológica e historiográfica no campo das humanidades. Entretanto, em decorrência das observações sobre o papel fundamental que desempenha a linguagem na sua constituição, essa passa a ser percebida não mais como produto estável e de contorno definido, mas como parte das representações dos indivíduos no cotidiano das suas interações.

Dessa feita, estabelece-se o estudo da expressão linguística como elemento constitutivo da linguagem e, portanto, construtor das representações dos indivíduos no cotidiano de suas práticas languageiras. Os autores não desenham as representações da memória como definitivas, mas que “integra(m) o conjunto de signos compartilhados das mais diversas situações de comunicação e multiplicidade de discursos que transitam na vida comunitária” (MENEZES; SANTOS, 2015, p.7). Ainda com suas palavras,

Assim, seja como interdiscurso, saberes compartilhados, signos vinculados a manifestações do passado, situações de discurso ou como discursos circulantes etc., a memória passa a



constituir-se um objeto importante para os estudos discursivos, evidenciando vínculos entre os usos da linguagem e as práticas sociais no tempo e no espaço.

Os índices linguístico-discursivos são elementos que transitam na vida comunitária em formações discursivas que possibilitam a compreensão das representações da memória com foco em compreender a identidade como efeito de sentido, provocado no e pelo discurso, evidenciando as ideias e indivíduos da sociedade local. Assim, a materialidade discursiva contribui para o conhecimento do espaço social, cultural e humano. Este estudo, reiterando, olhou para os acontecimentos discursivos escritos – o jornal O Bom Ladrão. E, mais especificamente, referindo-se às pesquisas do campo do discurso, destaca que o campo torna singular a questão identitária, que, ao mesmo tempo, dialoga com estudos culturais e sociais, com várias áreas do conhecimento e com os estudos da linguagem. A questão identitária molda-se nas estratégias do sujeito que toma a palavra e, por meio dela, deixa uma marca de si, como registro da fala (ou escrita) no passado.

Para Patrick Charaudeau (2009, p. 24), a noção de contrato (conjunto de saberes compartilhados entre os indivíduos de uma coletividade) permeia qualquer ato de linguagem, uma vez que permite que a intercompreensão aconteça e que os indivíduos sejam reconhecidos como sujeitos de papéis sociais e portadores de direitos comunicacionais ou relativos ao uso da palavra em determinadas situações. Estrategicamente, há a escolha das operações languageiras a serem compartilhadas pelos participantes da relação discursiva que se constroem como oradores.

Ainda no percurso de Charaudeau (2009, p. 30), acrescenta-se que a memória discursiva pode ser percebida em três dimensões: memória de situações; memória de signos e memória de discursos. Como o sujeito falante tem acesso aos signos e às maneiras distintas de percebê-los (variáveis relacionadas às condições de produção e recepção dos discursos), e os jornais (porque são espaços privilegiados para o conhecimento da complexa relação entre as práticas sociais e as práticas discursivas em determinado espaço social) compõem o patrimônio cultural da Região sob o formato de acontecimentos discursivos, na medida em que podem (re)estabelecer laços com o próprio sujeito.

Por fim, é importante marcar que se buscou a construção dos estabelecimentos das representações da memória nos enunciados analisados. E marca-se também, citando Benveniste (1995, p. 289), “a instância do discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito.” Um sujeito que apresenta críticas às contraposições representadas pelo pensamento liberal que se construía pelas ideias do Iluminismo, do maçonismo, do protestantismo. Assim, o discurso se estabelece como argumentativo na medida que visava, sobretudo combater, ou mesmo vencer, a onda progressista, usando destacadamente o recurso da ironia. Aqui, trazem-se as palavras de Machado

(2014, p. 117):

Por estratégia comunicativa, dito de forma bem simplificada, compreendemos a vasta rede de estratégias que são colocadas em prática nos usos linguageiros e nos diferentes discursos, para fazer passar ideias que têm como objetivo modificar os julgamentos de alguém sobre alguma coisa ou pelo menos mostrar a este alguém que o locutor tem restrições a propósito do alvo da ironia. Mas, talvez por certa elegância de espírito, tal sujeito-argumentativo prefere dizer isso de modo não muito evidente.

Porém, mesmo considerando a marca velada assumida no recurso argumentativo, em contraponto, trazem-se elementos explícitos de combate ao diverso dogmático do pensamento vigente. O que se mostra bastante interessante, porque ambos se sustentam e, a um só tempo, em reciprocidade, destacam-se, em jogo linguageiro polifônico. Há um *eu* que deveria controlar os caminhos da redação, mas que deixa outro *eu* assumir a direção da escrita, podendo levá-la a expressões não necessariamente condizentes com o equilíbrio argumentativo esperado. (MACHADO, 2014)

As formas da língua são esquemas formais da linguagem para o escoamento das emoções. Mesmo considerando que as emoções correspondem a vícios de raciocínio manifestados na linguagem argumentativa, “O estudo das emoções no discurso relaciona-se às estratégias de influência e de manipulação, merecendo um destaque específico no interior de formulações sobre a argumentação”. (MENEZES, 2007, p. 311). Portanto, dado o foco deste estudo, o olhar sobre as emoções estabelecidas no discurso deve estar necessariamente presente, uma vez que constituinte da subjetividade, do identitário. Nesse processo de conhecimento identitário, cumpriu-se também trazer fundamentos sociais e históricos para que se conhecesse o conjunto de pensamentos denominado ideário ultramontano.

Koseleck informa que a história dos conceitos está ligada à história social e que, por isso, as palavras devem ser analisadas dentro de seu contexto social e político. (In COELHO, 2016, p.14) Assim, o homem como organizador de seu mundo dá sentido às suas experiências relacionando-as ao momento histórico-social e construindo a própria realidade, justificando a análise de qualquer conceito dentro de determinado contexto.

## **O Ultramontanismo**

O termo ultramontanismo, literalmente, significa “além das montanhas”. Especificamente, refere-se ao movimento dentro da igreja católica, no século XIX, que visava, sobretudo, a restaurar o vigor espiritual da igreja. O movimento atingiu seu ápice no Congresso Vaticano I, em 1869, quando

se decretou a “infallibilidade papal”. É, precisamente, nesta última ocorrência que se debruçou o estudo empreendido com a finalidade de analisar marcas do movimento no discurso do jornal O Bom Ladrão, relacionando este espaço à organização enunciativa. Assim, faz-se necessário olhar para o seu surgimento.

De acordo com Coelho (2016, p.16), a reforma protestante representou a ruptura com o que se tinha já estabelecido no mundo religioso, surgindo como “promotora do questionamento da fé e negadora da homogeneidade do discurso cristão, tirando a autoridade da igreja como única mediadora entre Deus e seus fieis.” Em realidade, necessariamente, se faz como reação da igreja católica visando, sobretudo, ao restabelecimento de seus valores e o recrudescimento do combate aos que se propunham contrários a eles.

Nesse cenário, estabelece-se o conceito de ultramontanismo como movimento religioso que surge com o intuito de tomar freio contra novas ideias promovendo profundas mudanças dentro da Igreja Católica, considerando Roma (região além dos Alpes) como sua referência e objetivando, fundamentalmente, restabelecer o poder do Papa, ao qual os poderes temporais deviam se submeter, e bloquear a expansão do liberalismo e do racionalismo, movimentos que buscavam, entre outros objetivos, descristianizar o mundo. (COELHO, 2016, p.14)

A reação da igreja, com o movimento, buscava condenar e afastar o mundo moderno, sobretudo o protestantismo, a maçonaria, responsáveis pelos acontecimentos sociopolíticos da época, como a Unificação Italiana e a perda de estados Pontifícios na Europa. Rejeitando esse mundo, ultrapassou fronteiras e assumiu âmbito mundial, aparecendo as ordens religiosas como propagadoras de uma Igreja centrada na hierarquia romana. Mesmo considerando a grande receptividade do Brasil às influências estrangeiras, é considerável o alto grau de fecundidade que o movimento ultramontano alcançou aqui, principalmente, com o apoio recebido por Dom Pedro II, considerando mais razões morais do que religiosas. Isso se deveu, sobretudo ao que se estabeleceu como “piedade barroca”, ou seja, a humanidade de Jesus Cristo aproximando-o do homem terreno, uma vez que apresenta sentimentos humanos retratados, por exemplo, na obra de Aleijadinho.

A interação comunicativa instala-se a partir dos indivíduos que têm seus próprios interesses relacionados com os espaços social, cultural e temporal onde estão inseridos, visando também alterá-los. Comprovadamente, observando as interações, alcança-se o indivíduo, suas concepções de mundo representativas do meio e da época. O discurso ultramontano, dessa forma, pode ser percebido por meio de análise de material constitutivo do éthos religioso consubstanciado pela igreja.

Benveniste (1995) afirma que a enunciação é a instância do ego, hic et nunc; o *eu* é instaurado



no ato de dizer e o *aqui* e o *agora* se fazem presentes nesta instauração. Assume-se que o *eu* assimila determinados códigos, valores e discursos presentes no grupo social e, em contrapartida, contribui para a construção desses. Isso porque os indivíduos não se encontram isolados, mas influenciados pelo meio social em que vivem. (COELHO, 2016). Dessa feita, a posição do indivíduo e o seu grupo social podem ser desenhados e definidos pela construção de seu discurso. O objetivo do movimento ultramontano era, fundamentalmente, dificultar a proliferação de religiões como o protestantismo (neste espaço, inserem-se as crenças que surgiam no Brasil advindas das contribuições africana e indígenas misturadas às crenças de tradição portuguesa) e de organizações como a maçonaria.

Dentre todos *afinados* com as diretrizes ultramontanas, destaca-se Dom Viçoso, um dos primeiros a assumir postura romanizadora, criticando os liberais brasileiros e defendendo esse ideário. Assim, a região de Mariana, reiterando, representa um importante *lócus* do pensamento ultramontano no Brasil devido ao trabalho de D. Viçoso, que chegou de Portugal na década de 20 do século XIX. Conservador e contrário ao movimento do clero liberal, assumiu a defesa da ordem e da autoridade constituída, posicionamento que lhe valeu, em 1844, a nomeação por D. Pedro II como Bispo da Diocese de Mariana, onde promoveu reformas consistentes.

Nessa medida, assume-se que a ação discursiva estabelece a possibilidade de recuperar a história, buscando-se perceber com qual função social foi construída. Considerem-se as palavras de Orlandi (1996, p. 99):

Se partirmos do fato de que as línguas só existem na medida em que se acham associadas a grupos humanos, podemos chegar à concepção de que, na língua, o social e o histórico coincidem. Trata-se sempre de ação (trabalho) humana. Nem a sociedade nem as línguas se modificam autonomamente. São os atos dos homens que tomam parte delas que as vão transformando. O caráter histórico da língua está em ser ela um fato social no qual entram o caráter de processo, a intervenção da memória, a relativa estabilidade do sistema e das funções sociais e normas de comportamento. As convenções estão estreitamente ligadas ao caráter histórico da língua. Podemos, pela perspectiva do estudo da língua como ação (trabalho), recuperar a sua historicidade assim como sua função social.

Coelho (2016) também comenta que, reiterando o pensamento de Orlandi (1996), é possível, a partir dos diversos sentidos de determinados textos, chegar-se às formas discursivas, às versões e sentidos construídos socialmente. Os sujeitos discursivos levam a compreensões variadas do mundo, construídas na/da vida cotidiana, uma vez que a verdadeira substância do discurso estabelece-se pelo fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação. Portanto, pode-se afirmar que os textos do Jornal *O Bom Ladrão* revelam o universo das ideias ultramontanas, que buscam recuperar as ideias trentinas, em analogia ao sujeito enunciador revelar o homem, ser histórico-social.

## Análises

Apresentam-se cinco análises para o estudo:

### 4.1 Trecho 1: (01-10-1873 / Ano 1, n. 1, p. 1)

*Salve pois, União gloriosa, a primeira folha, que no solo americano teve a dita de sofrer pela verdade o que soffrerão, e sofrem os homens mimosos de Jesus Christo. (p. 1; § 6)*

*Tu nos serves de espelho, em que vejamos a liberdade, que podemos esperar dos chamados campeões da liberdade, e da tolerância humanitaria do mui tolerante maçonismo. (p. 1; § 6)*

*Tu nos serves de norma e de exemplo para dizermos animosamente a verdade ao povo, embora antevejamos o petróleo, o ferro, a deportação, e a morte. (p. 1; § 6)*

Neste trecho, percebe-se discurso animoso e contrário ao inimigo e que se posiciona como defensor da igreja e da religiosidade como já estabelecida, sofrendo ataque dos inimigos que, até neste momento, não estava referencialmente desenhado. Há aproximação com o interlocutor e maior apresentação do locutor, ou seja, dos participantes do discurso presentes de forma mais clara e, portanto, necessário se faz a denúncia do elemento referido como responsável por todo sofrimento e injustiça lançados à igreja (note-se que, até aqui, enfoca-se essa conjuntura) – o *maçonismo*. A referência é estabelecida a partir de ironia que denuncia a relação do maçonismo com a liberdade, eles são campeões da liberdade e da tolerância, mostrando crítica amarga à atitude dogmática, a discurso totalitário, aos que se julgam inatacáveis. Confirme-se essa estratégia argumentativa com Machado (2014, p. 117):

O sujeito-irônico prefere – por uma razão ou outra – enunciar algo por meio de uma não-verdade que o protegerá, sem dúvida, das sanções que um enunciado muito agressivo ou direto poderia provocar. (...) que têm como objetivo modificar os julgamentos de alguém sobre alguma coisa ou pelo menos mostrar a esse alguém que o locutor tem restrições a propósito do algo da ironia.

Assim há objetos de oposição e de preocupação com o ideário católico estabelecido em sua relação com o movimento ultramontano, vigilante da tradição e conservador das tradições. Neste espaço, não há lugar para liberdade (de que o maçonismo é campeão.) ou para a tolerância, relacionada sobretudo à liberdade, uma vez que, na tolerância, tudo pode estar presente, toda a liberdade, contrariando o que serve de norma e de exemplo, o que controla e dita regras.

### 4.2 Trecho 2 (01-10-1873 / Ano 1, n. 1, p.1):

#### **Necessidade do ensino religioso**

*A mais palpitante necessidade de nosso tempo è sem nenhuma duvida a difusão do ensino religioso pelas diversas classes da sociedade. Ainda que todos se ressintão desta falta, onde se mostra mais nociva a*



*ignorância dos nossos dogmas, parece incrível, é nos que presumem de mais entendidos. O povo sofre, é verdade, á mingoa de conhecimentos, que lhe mostrem o caminho da verdadeira felicidade; mas o povo simples, e ainda não estragado pela torrente da impiedade, conserva aquele bom senso, filho da fé catholica, que o preserva de inúmeros precipícios. Mas de certa classe para cima, estragados pelas ruins leituras, eivados de uma grande dose de racionalismo, os homens, em grande parte, de catholicos só conservão o nome e o exterior, sendo na realidade verdadeiros protestantes. (p.1§ 8) Que outra cousa é senão protestante essa liberdade de chamar ao exame da propria razão os dogmas revelados, e admitir os que bem lhes parece, e rejeitar os que não lhes faz conta? (p.1§ 8) Assim vemos todos os dias discutir o que a Igreja definio, argumentar a torto e a direito, e por fim perceber algumas verdades, e outras deixar de parte, como se fossem drogas do comercio. (p.1§ 8) Ora isto não é Catholicismo, o qual não existe sem fé, ou adesão firme a quanto Jesus Christo revelou, e a Igreja ensina. (p.1§ 8) Partir os dogmas, e discerni-los á propria é destruir o fundamento da Religião, e renegar os foros de catholico. (p.1§ 8)*

Um dos fundamentos do movimento ultramontano instala-se no combate ao modernizante, ao racional, ao conectado às ciências centradas na razão, desenvolvidas, sobretudo no Iluminismo. Relembrando, movimento, surgido no século XVIII na Europa, que questionava o poder da igreja e as verdades reveladas pela fé, contrapondo razão (luz) ao que se tinha como estabelecido (trevas). Seu espraiamento e popularização estão conectados à ampliação do conhecimento por meio da leitura.

O trecho é organizado com uma declaração inicial acerca da importância do ensino religioso para a sociedade de forma geral, porém, destacadamente, a necessidade se faz mais premente naquela parte que se ignoram os dogmas da religião, onde se germinou, cresceu e frutificou as ideias já referidas como *satânicas*. Ressalte-se que há uma divisão entre o certo e o errado, entre o que é do lado da igreja e o que é do seu oposto. A construção da divisão mostra o posicionamento do enunciador, uma vez que há seleção de elementos linguísticos e de sua organização para um e para outro lado. Veja-se que a solução para o embate já foi apresentada em tópico: *A mais palpitante necessidade de nosso tempo è sem nenhuma duvida a difusão do ensino religioso pelas diversas classes da sociedade*. Essa solução provocará a superação das dificuldades presentes e, da mesma forma, sua falta foi precisamente o que trouxe as dificuldades. Isso posto, considere-se o distante dos dogmas da igreja como aquele que pensa ser mais entendido (mas não o é! Veja-se a forma verbal *presumir*). Assim,

Muitas noções na linguística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecemos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística. (BENVENISTE, 1995, p. 293)

As expressões *parece incrível e é verdade* fazem o enunciador presente e, depois de se descrever a realidade, depois do posicionamento do enunciador, cumpre a dedução que provoca a conclusão: *Ora isto não é Catholicismo, o qual não existe sem fé, ou adesão firme a quanto Jesus*

*Christo revelou, e a Igreja ensina. (p.1§ 8) Partir os dogmas, e discerni-los á propria é destruir o fundamento da Religião, e renegar os foros de catholico. Conclusão em forma de repreensão, de aviso, de pressão para que o homem não se afaste do ideal religioso verdadeiro; o homem estragado pela torrente da impiedade (considere-se impiedade a ausência da fé, portanto, a presença da razão, foco dos iluministas), pelas ruins leituras, que se conecta ao universo católico apenas aparentemente, constituindo-se o verdadeiro protestante. Protestantes, porque racionalizam sobre a fé, selecionam os dogmas que lhes aprouverem.*

#### **4.3 Trecho 3** (01-10-1873 / Ano 1, n. 1, p. 1):

*Toda essa aluvião de erros que fervem nas folhas, nas praças, nas tavernas, nos hotéis, é filha da ignorância crassa de nossos dogmas e do ensino catholico. Se esses palradores conhecessem o que blasphemão, se envergonharião de tanta contradicção. Que quer dizer catholico apostolico, não romano, como alguns se intitulão? Que significa ser catholico, e não querer nada com o romano Pontifice? Ser catholico, e desprezar as leis da Igreja, appellidando-as invenções da Curia Romana? Ser Catholico, e rejeitar como obra do jesuitismo o que os Concilios definirão e decretarão, e a Igreja por toda a parte venera e acata? Espanta como neste seculo chamado das luzes os homens possuem devorar tão volumosas contradicções. (§ 9)*

É permitido notar, no trecho, a um só tempo, a intensidade da condenação (*aluvião de erros*) e a popularização do que se condena (*folhas, praças, tavernas, hotéis*). Destaquem-se inicialmente duas palavras: *aluvião* é, grande quantidade, grande número (de pessoas, de animais etc.), referindo-se aos problemas relatados anteriormente, bastante popularizados, uma vez que presentes nos mais diversos espaços; *crassa* (ignorância), tosco, grosseiro, rudimentar; e *palradores*, falador, tagarelador, referindo-se àqueles que discursam os referidos erros. Interessante marcar, além da seleção vocabular propriamente dita como denunciadora do posicionamento do enunciador, a datação da última (1789) como substantivo), relativamente nova, portanto, potencialmente mais provocadora de força expressiva.

Além das questões abordadas, note-se a presença de censura pela não aceitação dos preceitos decretados, conforme já referido, pelo Congresso Vaticano I, em 1869, reforçando a importância do papado e ratificando a “infallibilidade papal”. A igreja deve centrar-se em Roma, no Pontífice, cujas decisões são inquestionáveis, com submissão à hierarquia estabelecida, substituindo o catolicismo luso-brasileiro pelo romanizado. Daí os questionamentos presentes no trecho, aos que parece haver respostas elementares: *Que quer dizer catholico apostolico, não romano, como alguns se intitulão? Que significa ser catholico, e não querer nada com o romano Pontifice? Ser catholico, e desprezar as leis da Igreja, appellidando-as invenções da Curia Romana? Ser Catholico, e rejeitar como obra do jesuitismo o que os Concilios definirão e decretarão, e a Igreja por toda a parte venera e acata?*

(Grifos nosso). Elementarmente impossível, tanto é que não são apresentadas as respostas, posto que todos já as devem saber.

Recebendo atenção, cumpre destacar a última frase do trecho, *Espanta como neste século chamado das luzes os homens possuem devorar tão volumosas contradicções.*, considerando sua função argumentativa, uma vez que rica na construção do enunciador. Primeiramente, considere-se o sintagma *seculo chamado das luzes*, no enquadre sistemático construído por Charaudeau (2009, p.52) acerca da construção de ironia: *EUc* é o indivíduo real, o sujeito comunicante que cria um *EUe*, sujeito enunciador, cria/fala/escreve para um *TUd*, sujeito interpretante ideal (destinatário) e *TUi*, sujeito interpretante real, exterior ao texto, ao circuito interno da palavra. O *Espaço interno* representa o “mundo” falado/contado no circuito interno, um mundo que tem a pretensão de ser um testemunho do *Espaço externo*, real, por meio do qual se pode conceber a ironia. Veja-se a figura:

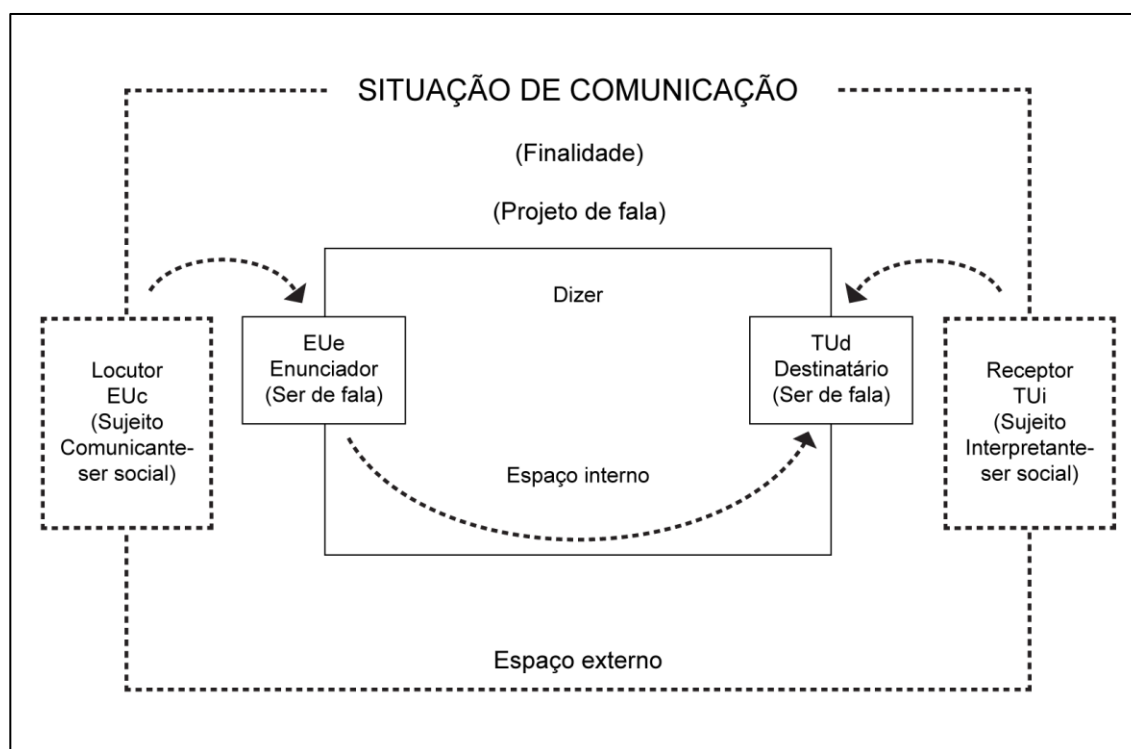


Fig. 1: CHARAUDEAU, 2009, p. 52.

Explicando neste enquadre o referido sintagma, tem-se que *EUc* pensa *não-p* (o indivíduo real, sujeito comunicante que não concorda que este século seja chamado “século das luzes”), mas se faz enunciador quando cria *EUe* que diz *p* no circuito comunicativo *Espaço interno* (expressa precisamente o que não pensa pela voz de *EUe*), para *TUd*, procurando fazê-lo entender seu



posicionamento, considerando que este saberá a verdadeira mensagem, o que o sujeito realmente pensa (CHARAUDEAU, 2009). Assim,

a ironia verbal ou retórica não existiria sem o ironista, sem o indivíduo histórico que a concebe: nos termos de Charaudeau, sem o Jec. (...) A situação de um escritor é, pois delicada, porquanto, para passar o “tom” irônico, só conta com a ajuda de estratégias linguageiras. Para ter sucesso na empreitada, o escritor-ironista deve fazer uma escolha judiciosa dos elementos passíveis de provocar a expressão irônica. (MACHADO, 1995, p. 144)

**4.4 Trecho 4:** (01-10-1873 / Ano 1, N 1, p. 2):

#### *Morte horrenda de um impio*

*Uma das principaes cidades do departamento de Aisne, díz a mesma folha, teve de presenciar um tremendo castigo na pessoa de um rapaz impio. Dominava-o um odio infernal contra a Religião Catholica e quanto lhe pertence. Referem dele propositos os mais indignos ao tempo da matança do Arcebispo de Pariz e dos outros refens. Dizem que mais que Sexta feira da paixão deste anno declarára alto e bom som que se regalaria de comer carne nesse dia. Mesquinho! acabou miseravelmente. Cahio em uma caldeira de cerveja e pellou-se de maneira medonha, morrendo tres dias depois entre atrozes sofrimentos. (§ 11)*

Cumprindo a função do combate, referida anteriormente, ressalte-se o destaque para a ameaça como forma de coerção para que se obedeça e se submeta à *Religião Catholica e quanto lhe pertence*. O castigado declarou que comeria carne em dia consagrado ao jejum, de acordo com os preceitos da religião católica.

Interessantemente, a opção para a forma do discurso indireto traz ao texto a força argumentativa do próprio verbo *declarar* associada à possibilidade da administração da voz do interlocutor. Assim, o locutor assume mais responsabilidade sobre o discurso do interlocutor, porque, mesmo não envolvendo citação literal, constrói-se uma paráfrase que o falante informa como sendo do interlocutor, *além de controlar a correferência dos pronomes e dos advérbios dêiticos, já que a dêixis deixa de ficar centrada no sujeito do verbo da completiva*. (NEVES, 2000, p. 48). E esse controle se estabelece como importante no espaço discursivo, porque pode intensificar o dito, uma vez que não são trazidos elementos contextuais que poderiam suavizá-lo, bem como administrar as formas linguísticas a ele relacionadas para o estabelecimento das conexões de tempo e espaço (dêixis). O verbo *dicendi* funciona dentro de um discurso específico inserido em oração principal e tendo como subordinada partes do enunciado com palavras do próprio locutor ou de quem ele traz a voz. Então, servindo-se sobremaneira ao relato da atitude que levou à *morte horrenda de um impio*.

**4.5 Trecho 5:** (01-10-1873 / Ano 1, n 1, p. 2):

*COMUNICADO  
MONSENHOR FELICISSIMO  
AO PUBLICO*

*As inexactidões constantes de um artigo publicado com o nº 140 da Reforma debaixo da epigraphe – UM VERDDEIRO PAROCHO – me obrigão a tomar a penna e sahir a campo a fim de dar testemunho da verdade. Contrariar asserções de quem quer seja é um acto sempre desagradável; por isso grande é o desgosto, que ora sinto, vendo-me forçado a desmentir asserções, que sahirão de uma penna, que tantos encomios acaba de tecer-me. Amicus Plato, sed magis veritas [amicat.] (§ 15)*

*Como me parece que o fim Correspondente da Reforma é fazer-me passar por Maçon, antes de mostrar as inverdades do artigo, a que me refiro, farei aminha profissão de fé. (§ 17)*

*Sou catholico e Apostolico Romano. Não sou Maçon, e nem o serei, emquanto estiver persuadido, como estou, de que não se pode ser Maçon e Catholico ao mesmo tempo. (§18)*

*Quem pretende reunir estas qualidades, diz o nobre ilustrado Senador do Imperio o Exmº Sr. Candido Mendes d'Almeida, ou é idiota, ou homem de má fé (§ 19)*

*Apesar de liberal desde a minha juventude, o liberal que nunca transigio, sou também Jesuita, Jesuita de batina, e muito obediente á Curia Romana.(§ 20)*

O trecho é resposta à publicação do jornal Reforma em que se marca o pároco Mossenhor Felicissimo como maçom; ele nega veementemente por meio de anúncio de sua profissão de fé: *Sou catholico e Apostolico Romano. Não sou Maçon, e nem o serei, emquanto estiver persuadido, como estou, de que não se pode ser Maçon e Catholico ao mesmo tempo.* A afirmação constrói-se na linha de coerência em que não há espaço para afirmar algo e negar este mesmo algo, em impossibilidade de relação entre os elementos ser maçom e ser católico, reativando a divergência histórico-social entre esses dois espaços, indo para além do texto e consubstanciando-se na realidade.

Citando Koch (1995, p.38), *a coerência não é apenas uma característica do texto, mas depende fundamentalmente da interação entre o texto, aquele que o produz e aquele que busca compreendê-lo*, conserva-se a exigência do locutor, do interlocutor e do espaço histórico-social (ambos originados nele), na construção do sentido do que se afirma. Há que se entender como incoerência a possibilidade de ser, a um só tempo, católico e maçom. Vislumbrar essa possibilidade é ter má fé ou ser idiota, trazendo a voz do Senador Candido Mendes para confirmação da impossibilidade: ele, ilustrado; aquele que considera a compatibilidade, idiota ou de má fé.

## Considerações finais

A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes. (BENVENISTE, 1995, p. 289)

Comprovou-se, portanto, o Jornal *o Bom Ladrão*, com veículo de manifestação do ideário ultramontano e denunciador das manifestações discursivas desse ideário, sobretudo relacionadas aos fundamentos básicos da submissão à hierarquia eclesiástica, da centralidade de Roma e da supremacia do Papa acerca das decisões de cunho religioso e às quais todos deveriam se submeter, combatendo



o racionalismo, o maçonismo, o protestantismo, em resumo, o Iluminismo, posicionamento racional questionador do discurso homogêneo da religião.

Comprovou-se que os estudos discursivos incorporam e trazem para si o olhar do espaço e do tempo em que se fizeram como práticas discursivas, constituindo o discurso do ultramontanismo, permitidas em trajetos elaborados pela linguagem. O *espírito de uma época* foi traduzido, percebido e reconstruído. Comprovou-se que os estudos discursivos não perdem de vista as condições das quais os enunciados emergem (linguagem e história); a construção da subjetividade na linguagem criando o homem; principalmente, chega-se às constituições históricas e da memória como práticas discursivas. No estabelecimento do discurso ultramontano, um sujeito crítico às contraposições representadas pelo pensamento liberal urdido pelas ideias do iluminismo, do maçonismo, do protestantismo. E, trazendo Charaudeau (2010, p. 55): não há saber de língua que não seja saber de discurso, e que não há conhecimento *prototípico* do mundo (para falar como os cognitivistas) que não repose sobre o saber de *crença*.

## Referências

- AZEVEDO, Ferdinand de. A inesperada trajetória do ultramontanismo no Brasil Império. *Revista Perspectiva Teológica*, nº 20, p. 201-218, 1988.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.
- COELHO, Tatiana Costa. *Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2016.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídias e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto (org.) *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João, 2007, p. 155-168. Disponível em [http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Maria%20do%20Rosario%20Gregolin.pdf] Acesso em 02-01-2016
- HAMDAN, Laila. *A construção verbal observada na produção discursiva no jornal "O Bom Ladrão como denunciadora do discurso ultramontano"*. Relatório de Estágio Pós-doutoral. 2017, 80 p., (Estudos do Discurso e Memória), Faculdade de Letras, UFOP, Mariana.
- KOCH, Ingedor Grunfeld Villaça. *Texto e coerência*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília. *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MACHADO, Ida Lúcia. *A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa*. Bakhtiniana, São Paulo, número 9 (1), Jan./Jul. 2014.
- MACHADO, Ida Lúcia. *A ironia como fenômeno linguístico-argumentativo*. Revista Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, ano 4, v. 2, p. 141-155, jul./dez. 1995.
- MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (org.) *As emoções no discurso*. Vol II. São Paulo: Mercado das Letras, 2010.
- MENEZES, William Augusto; SANTOS, Simone de Paula (org.). *Discurso, Identidade, Memória*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.
- MUZZI, Karla Perim. *Memória e produção discursiva do sentido: a mulher-professora em foco nos jogos enunciativos*. 2009, 154 p. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em [http://periodicos.ufes.br/percursos/article/download/1749/1318] Acesso em 02-01-2016
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- OLIVEIRA, Luciano Conrado; MARTINS, Karla Denise. O ultramontanismo em Minas Gerais e em outras regiões do Brasil. *Revista de C. Humanas*, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 259-269, jul./dez. 2011
- ORLANDI, Eni Pucinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. 4ª ed. São Paulo: Pontes, 1996
- SANTOS, Rafael Arcaño. *A imprensa em Mariana 1830-1989*. Texto mimeografado pertencente ao arquivo do GEDEM (Grupo de Estudos do Discurso e da Memória) – ICHS/UFOP.

**Submissão: agosto de 2020**

**Aceite: dezembro de 2020**